



Izete Magno Corrêa, Profa. Ms. *Secretaria de Estado de Educação – SEDUC*, [izetemagno@hotmail.com](mailto:izetemagno@hotmail.com)  
Aurea Andreza Silva dos Santos Profa. Ms. *Secretaria de Estado de Educação – SEDUC*,  
[aureasantos@yahoo.com.br](mailto:aureasantos@yahoo.com.br)

**Resumo:** O estudo tem por objetivo analisar as ações do Programa Mais Educação - PME em uma escola da Região Metropolitana de Belém. Trata-se de um estudo de caso que procura perceber os efeitos de determinado Programa no local pesquisado, apontando resultados da pesquisa bibliográfica e documental, além dos dados originados da própria dinâmica da UE sobre o PME nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa nos mostrou que o PME contribuiu de maneira positiva para a UE em questão.

**Palavras – Chave:** Educação - Educação Integral - Mais Educação

## INTRODUÇÃO

O presente estudo parte do princípio de que as políticas públicas educacionais emergem com o objetivo de melhorar os índices da educação brasileira, com o intuito de elevar seu padrão qualidade, em busca de democratizá-la, já que esta foi estruturada para atender uma pequena parcela da sociedade, a de maior poder aquisitivo.

Com o intuito de superar essa lacuna historicamente construída em relação à educação da classe subalternizada à qual foi ofertado um ensino fragmentado e fragilizado, com baixo grau de formação, esse modelo de educação vem sendo discutido e desconstruído no sentido de oportunizar uma maior integração do sujeito inserido nas classes populares.

Com isso, emerge a Educação Integral no Brasil que se desenvolve a partir da década de 1920 e 1930, apresentada no Manifesto dos Pioneiros de 1932, com a preocupação de ampliação do tempo escolar que foram postos em prática por meio da criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) na Bahia no período de 1950-1960 composto pelas Escola-Classe e Escola-Parque, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) em 1980 no Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) em 1990 e os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em 2003 na Cidade de São Paulo.

Essa educação Integral esteve presente como proposta nas correntes políticas do Conservadorismo<sup>2</sup>, do Socialismo<sup>3</sup> e do Liberalismo<sup>4</sup> entendida como educação escolar

<sup>1</sup>Trata-se de uma pesquisa desenvolvida na UEACO, na qual atuei como Coordenadora do Programa Mais Educação no período de dois anos.

<sup>2</sup>Filosofia política e social que promove a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização e pensa a política como um meio de preservar a ordem, a justiça e a liberdade.

<sup>3</sup>Uma linha de pensamento criada no século XIX para confrontar o liberalismo e o capitalismo.

<sup>4</sup>Doutrina político-econômica e sistema doutrinário cujo interesse geral requer o respeito pela liberdade cívica, econômica e da consciência dos cidadãos.



ampliada em suas atividades sociais, esportivas e culturais, visando à melhoria da qualidade da educação e o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente, essa proposta vem sendo discutida por intermédio dos Programas apresentados pelo Ministério da Educação - MEC a exemplo do Programa Mais Educação – PME, objeto de nosso estudo, que tem por objetivo analisar suas ações em uma escola da Região Metropolitana de Belém no período de 2013 e 2014, para assim identificar seus possíveis e mais significativos impactos e desdobramentos a respeito do que foi desenvolvido na Unidade Educativa - UE em relação ao PME.

O campo de pesquisa é a Escola UEACO<sup>5</sup>, cuja análise é baseada em um estudo de caso que procura perceber os efeitos de determinado Programa no local pesquisado. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental, além dos dados originados da própria dinâmica da UE.

## O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO CENÁRIO BRASILEIRO

O PME foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC, por meio da Portaria Interministerial n° 17/2017 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 da Secretaria de Educação Básica – SEB, mantido pelos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, caracterizando-se como uma Política Pública Governamental que visa à melhoria dos indicadores educacionais da Educação Básica, apresentando-se como uma nova proposta vinculada ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pelo Decreto n° 6.094/07 destinado ao Ensino Fundamental e utilizado como estratégia de implantação da Educação Integral aos alunos da Rede Pública de Ensino do Brasil.

Nessa perspectiva, o PME emerge a partir de uma mobilização intersetorial que tinha por finalidade combater e diminuir as desigualdades educacionais e sociais, assim como valorizar o repertório da diversidade cultural brasileira, posto que as estruturas curriculares das escolas públicas do País não davam conta de abranger no tempo de 4 horas diárias todo este vasto campo de conhecimento. Nesse sentido, o Programa abrange um conjunto de Ministérios de acordo com a Cartilha do MEC:

O Ministério da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MSD, da Ciência e da Tecnologia – MCT e também da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, passando a contar em 2010, com o apoio do Ministério

<sup>5</sup>Unidade Educativa Alice Corrêa de Oliveira, nome fictício dado por nós à Escola pesquisada.



da Defesa – MD, na possibilidade de expansão dos territórios educativos (2011, p.06).

Para Cavaliere (2010), a referida Portaria considera ser a intersetorialidade uma possibilidade para a ampliação e o aprimoramento dos espaços e ações sócio- educativas e procura incentivar parcerias no interior da esfera pública e entre os setores público e privado e ainda provocar a participação da sociedade civil e de organizações não governamentais.

É importante ressaltar ainda que a Portaria que regulamenta o Programa retrata a finalidade do mesmo por meio do seu capítulo I, Art. 2º e dentre as ações podemos destacar:

I – apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; II – contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para a melhoria de condições para o rendimento e aproveitamento escolar; VII – Promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a integração com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar (2007, p.02).

A Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação – PNE) buscou fortalecer a Política educacional de ampliação do tempo escolar e dentre seus trinta objetivos e metas direcionados para a educação do Ensino Fundamental estão os artigos 21 e 22 respectivamente:

- 21- Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos 7 horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.
- 22- Promover nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do programa de renda associados a ações socioeducativas (BRASIL, p.60).

Essa garantia de ampliação se manteve no novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, meta 6 estabelecendo que até 2021 as escolas públicas já tenham implementado a educação em tempo integral nos seus espaços em no mínimo 50% em todo território Nacional. Entretanto, o que vem sendo estabelecido no atual governo nos impede de saber se isso realmente será efetivado.

Essa iniciativa começou a ser concretizada por meio do PME, direcionado para as escolas urbanas e do campo, determinada a partir de uma diagnose para que se pudesse considerar as especificidades regionais e locais.

Nessa trajetória, o Manual da Educação Integral (2010) apresenta as atividades fomentadas organizadas nos respectivos macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Meio



Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes, Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica. Todavia, este último foi o único ofertado somente para as séries/anos finais do Ensino Fundamental e Médio, sendo que todos os demais foram para o Ensino Fundamental e Médio. Os quais farão parte da discussão do item a seguir, assim como as atividades desenvolvidas na Escola, o número de alunos matriculados.

### O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA UEACO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Seguindo as orientações dos documentos oficiais, a adesão e implementação do Programa na Escola em questão, foi feita em 2009, todavia, a pesquisa aqui apresentada é referente ao período de 2013 e 2014, momento em que estavam sendo desenvolvidas as seguintes atividades conforme o quadro 1:

Quadro 1: Desenvolvimento das atividades

ANOS	MACROCAMPOS	ATIVIDADES	Nº MONITORES
2013	Acompanhamento Pedagógico	Letramento	2 monitores
		Matemática	2 monitores
	Esporte e Lazer	Futebol	2 monitores
		Judô	2 monitores
		Capoeira	1 monitor
	Cultura e Artes	Teatro	2 monitores
		Graffiti	1 monitor
Canto Coral		1 monitor	
2014	Acompanhamento Pedagógico	Letramento	1 monitor
		Matemática	1 monitor
	Esporte e Lazer	Judô	1 monitor
	Cultura e Artes	Graffiti	1 monitor
		Dança	1 monitor

Fonte da autora, 2014

O quadro demonstra que na Escola foram desenvolvidas atividades em três macrocampos, seguindo orientação do Manual (2010). Porém, em 2013, o número de atividades desenvolvidas foi maior que em 2014, bem como a quantidade de monitores desenvolvendo tais atividades. Isso se deu em virtude da reformulação ocorrida em 2013 para efetivação da proposta em 2014, pois se a Unidade Educativa aderisse a mais de uma atividade no macrocampo Esporte e Lazer, esta deveria ser executada aos sábados, ficando inviável a oferta pela Escola. Cabe ressaltar que as atividades foram escolhidas conforme aceitação das crianças, por meio de uma ficha de matrícula para verificar o que seria interessante para os alunos e alunas.





Em relação ao número de alunos matriculados no Programa, obedecendo aos critérios de matrícula como: a evasão, a reprovação, a distorção idade/série, bem definidos na Portaria de 2007. Foram matriculados 200 alunos no ano de 2013 e 150 em 2014. Tal diferença se explica pela diminuição na oferta das atividades e conseqüentemente o número de alunos participantes.

Outro ponto significativo diz respeito ao rendimento das crianças que participaram do Programa, pois em 2013 dos 200 alunos matriculados, apenas 8 ficam retidos, sendo que 2 eram deficientes e 6 ditos normais. Já em 2014 dos 150 alunos matriculados, o número de retidos foi de 23 alunos (10 deficientes e 13 ditos normais). Assim observamos que tanto em 2013 quanto em 2014, o número de crianças retidas foi pequeno se considerarmos o total.

No Manual Operacional de 2013, foram formuladas algumas orientações a exemplo do item III que afirma que o Programa deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas e que deve ser uma ação trabalhada em conjunto aos demais projetos desenvolvidos nos espaços educacionais.

A UE pesquisada seguiu a determinação do Programa ao desenvolver suas atividades em consonância com Projeto Político Pedagógico<sup>6</sup> como podemos observar no quadro 2:

Quadro 2: Atividades de Culminância do Projeto da Família

Atividades do Pacto pela Educação e Família na Escola 18/05/2013	Local	Horário	Responsáveis	Sujeitos envolvidos
Torneio de futebol Graffiti Contação de histórias	Campo Biblioteca Sala C	8:00 – 11:30h 8:00 – 11:30h 8:30 – 8:40h 1º ano 9:00 – 9:40h 2º ano 10:00 – 10:40h 3º ano	Coordenadora e monitores do Mais Educação	Coordenadora e monitores do Mais Educação, discentes e famílias
Projeto de Leitura: leitura compartilhada com a família	Salas I e M	8:00 – 11:30h	Professoras do 4º ano	Docentes, discentes e famílias
Tênis de mesa Jogo de Dama	Refeitório	9:30 – 11:30h	Professores de Ed. Física	Docentes, discentes e famílias
Vídeo: Prevenção de piolho	Sala E	8:00 – 11:30h	Professora do 3º ano	Docente, discentes e famílias
Vídeo: A importância da família	Sala A	8:00 – 11:30h	Professoras do 1º ano	Docente, discentes e famílias
Palestra sobre Hanseníase	Refeitório	8:00 – 08:30h	Médica	Docente, discentes e famílias e comunidade
Palestra sobre a relação entre pais e filhos	Refeitório	8:40 – 09:30h	Médica	Docente, discentes e famílias e comunidade
Oficina sobre Bullying	Salas 5º ano	8:30 – 10:00h	2 Psicólogos	Discentes do 5º ano

Fonte da Autora, 2013.

<sup>6</sup> O PPP da UEACO é trabalhado por meio de projetos que são desenvolvidos ao longo do ano, entre eles o Projeto da Família.



Com base no quadro fica evidente que durante a culminância de um dos projetos desenvolvidos pela UEACO, o PME se fazia presente pelas atividades trabalhadas em conjunto com as ações do PPP a exemplo da primeira linha do quadro.

## APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

As discussões levantadas a respeito do Programa Mais Educação são inúmeras e vai desde a infraestrutura, a qualidade da alimentação escolar, a falta formação docente, dentre outros que foram denunciados por meio da implantação do Programa nas escolas.

A pesquisa nos possibilita entender que o PME contribuiu de maneira positiva para a UEACO. Entretanto, o tempo parcial e a redução dos períodos letivos inviabilizam uma formação inteira, voltada para a cultura e cidadania. Isso só será possível com o aumento da jornada escolar com qualidade e um maior investimento em educação, no sentido de contribuir técnica e financeiramente, para se constituir melhoras para as condições de ensino e aprendizagem dos alunos das escolas públicas do País.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Cartilha Passo a Passo**. Brasília: SECAD/MEC, 2011.

\_\_\_\_\_**Decreto Presidencial n° 7.083 de 27/01/2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em 23/09/2017.

\_\_\_\_\_**Decreto n° 6.094 de 24 de abril de 2007**. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10835659/decreto-n-6094-de-24-de-abril-de-2007>. Acesso em 23/09/2017.

\_\_\_\_\_**Lei n° 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação**. [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024\\_publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024_publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em 24/09/2017.

\_\_\_\_\_**O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n° 13.005/2014**. [https://www.google.com.br/search?rlz=1C1AVFA\\_enBR756BR756&q=Lei+n°+13.005%2F2014&oq=Lei+n°+13.005%2F2014&g](https://www.google.com.br/search?rlz=1C1AVFA_enBR756BR756&q=Lei+n°+13.005%2F2014&oq=Lei+n°+13.005%2F2014&g). Acesso em 24/09/2017.

\_\_\_\_\_**Manual da Educação Integral 2010**. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&Itemid=30192). Acesso em 01/10/2017

CAVALIERE, Ana Maria Vilella. **Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local**. [www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/10.pdf](http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/10.pdf). Acesso em 20/09/2017.

**O Manifesto e a Liga Internacional pela Educação Nova**. In: Xavier, M. C. (org.). Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

### Realização



### Organização:

